

17 BATALHAO LOGISTICO

Estudo Técnico Preliminar 6/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 64135.000037/2026-32

2. Considerações Iniciais

2.1. A finalidade do instrumento é a contratação de serviços de manutenção de veículos e equipamentos motores, com fornecimento de peças.

2.2. Isto posto e, sabendo-se da continuidade das atividades em função da atribuição precípua do Exército Brasileiro, faz-se necessária a contratação de serviços de manutenção pretendida, garantindo a operacionalidade das Unidades da 4ª Brigada de Infantaria Leve de Montanha e 4ª Região Militar.

2.3. Resta dizer que a contratação pretendida subsidia atividade que faz parte do escopo da atividade militar, sendo atividade importante ao Comando do Exército.

2.4. Esta UG colabora com a 4ª Brigada de Infantaria Leve de Montanha em inúmeras missões. Para viabilizar o apoio a essas atividades de forma adequada, o 17º Batalhão Logístico Leve de Montanha optou pela contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção e reparação de veículos e equipamentos, com aplicação de peças, devido ao fato de não possuir pessoal, ferramental e equipamentos em quantidade e com as capacitações técnicas suficientes para realizar a totalidade dos serviços necessários à manutenção de seu material.

3. Objeto

3.1. Conforme explicitado anteriormente, o objeto pretendido a ser licitado será a contratação de serviços de manutenção de veículos e equipamento motores, com o fornecimento de peças.

4. Descrição da necessidade

4.1. A contratação de serviços de manutenção de veículos e equipamento motores, como fornecimento de peças tem por finalidade realizar o apoio logístico às Unidades da 4ª Brigada de Infantaria Leve de Montanha e 4ª Região Militar.

4.2. Exige-se uma preocupação constante da Administração quanto à contratação dos serviços que são essenciais para a manutenção dos padrões operacionais da tropa e funcionamento da vida vegetativa desta Unidade, bem como das OM apoiadas.

4.3. A manutenção pretendida preservará o patrimônio público, aumentando a vida útil, recolocando-as em perfeito estado de funcionamento, diminuindo o dispêndio com panes e quebras, garantindo sua eficiência e a segurança do pessoal transportado, mantendo-as prontas para atender às necessidades logísticas e operativas desta Unidade, bem como das Unidades participantes.

4.3. O Pregão Eletrônico proporciona maior transparência e economia à realização da presente contratação. Nesse sentido, a contratação deverá cumprir os princípios da vantajosidade, economicidade, eficácia e eficiência, proporcionando presteza, celeridade, segurança e pronto atendimento à Instituição.

4.4. Nestes termos, conclui-se por devidamente justificada a essencialidade e o interesse público da contratação, para os fins do previsto no art. 3º do Decreto nº 8.540, de 2015, a ser interpretado em consonância com a Lei nº 14.133, de 2021.

5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Centro de Operações Logísticas	Maj Victor Leite

6. Descrição dos Requisitos da Contratação

6.1. O objeto da presente contratação é considerado serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

6.2. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, e os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Termo de Referência - TR.

6.3. Os interessados deverão estar com Credenciamento regular no sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no Artigo 21, I, da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018.

6.4. Os interessados deverão ser do ramo de atividade compatível com o objeto da presente contratação, ou seja, do ramo de prestação de serviços técnicos do tipo que se pretende contratar. A prestação do serviço deverá ser realizada por empresa especializada, legalmente estabelecida, cujos profissionais apresentem a qualificação técnica necessária para a execução dos serviços relacionados à refrigeração.

6.5. Os interessados deverão, na execução dos serviços objeto do Termo de Referência obedecer às Normas Técnicas da ABNT e as orientações do(s) fabricante(s) do(s) equipamento(s) e legislações pertinentes e aplicáveis.

6.6. Deverão os interessados, obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e triclouroetano).

6.7. Considerando o exposto acima, é patente que o serviço é eminentemente técnico e somente pode ser executado por profissional devidamente habilitado para tanto e, deste modo, os critérios de qualificação técnica a serem atendidos, em princípio, serão:

6.7.1. Técnico de nível, no mínimo, médio na área de mecânica industrial ou automotiva.

6.7.2. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.8. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6.9. A Contratada deverá manter vínculo empregatício formal com seus empregados de modo expresso, de acordo com o vínculo jurídico adotado, sendo responsável pelo pagamento dos salários e demais vantagens de seus empregados, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas, tributos pertinentes, conforme a natureza da Contratada ou do vínculo jurídico adotado, bem como quaisquer acidentes ou mal súbito de seus empregados que possam ser vítimas, quando em serviço, na forma como a expressão é considerada na legislação trabalhista, ficando ressalvado que a inadimplência da Contratada para com estes encargos não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado.

6.10. O contrato firmado terá duração de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por interesse das partes, respeitados os limites, as exigências e as prerrogativas impostas pela Lei 14.133/2021 quanto ao instituto da prorrogação.

6.11 Os interessados deverão manter, durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.12. Os candidatos a este certame deverão possuir oficina com sede ou filial a uma distância máxima de 50 quilômetros da contratante, conforme endereço constante nesta documentação. Destaca-se que não será admitida a subcontratação, devendo a contratada possuir obrigatoriamente sede ou filial devidamente registrada no raio definido. Tal exigência fundamenta-se na otimização de custos logísticos, maior agilidade no atendimento e eficiência na fiscalização contratual.

7. Execução do Objeto

Condições de Execução

7.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1 O prazo para o recolhimento dos veículos ou equipamentos, após a solicitação do serviço, não poderá ultrapassar 2 (dois) dias úteis. A retirada dos veículos ou equipamento deverá ser acompanhada de Ordem de Serviço, e Check-List contemplando o estado geral do material, além de guia de remessa, a ser providenciado pela contratante, através do Grupo de Recebimento e Controle da Produção (GRCP);

7.1.2 O prazo para orçamentação deverá ser de, no máximo, 4 (quatro) dias corridos, contados do recolhimento do material;

7.1.3 Os serviços corretivos deverão ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da aprovação do orçamento pelo 17º B Log L Mth;

7.1.4 O prazo para os serviços corretivos de lanternagem, pintura, funilaria, instalação de acessórios e capotaria deverão ser acordados entre a Contratada e o Contratante, não podendo ser superior a 30 (trinta) dias úteis, contados da retirada da viatura junto ao 17º B Log L Mth;

7.1.5. A fim de classificar os veículos como Leves ou Pesados será utilizada como parâmetro a Resolução CONTRAN nº 146, de 27 de agosto de 2003, alterada pela Resolução CONTRAN nº 340 de 25/02/2010, que em seus incisos I e II, do §6o, do art. 5, subdivide os veículos em grupos, assim considerar-se-á:

7.1.5.1 'VEÍCULO LEVE' correspondendo a ciclomotor, motoneta, motocicleta, triciclo, quadriciclo, automóvel, utilitário, caminhonete e camioneta. Além disso, serão considerados como "VEÍCULOS LEVES" as Vans capacidade de até 20 passageiros e os Furgões;

7.1.5.2 'VEÍCULO PESADO' correspondendo a ônibus, micro-ônibus, caminhão, caminhão-trator, trator de rodas, trator misto, chassi-plataforma, motor-casa, reboque ou semirreboque e suas combinações; e

7.1.5.3 Os veículos descritos como "MÉDIOS", no objeto estão enquadrados na definição de "VEÍCULOS LEVES" na RESOLUÇÃO nº 396 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011.

Local da prestação dos serviços

7.2 Os serviços serão prestados no endereço da contratada com o fornecimento de todos os insumos necessários.

7.2.1 A contratada deverá disponibilizar local adequado para inspeção prévia de todas as peças a serem aplicadas nos veículos da contratante, fornecendo relação das mesmas, que poderão ser checadas por servidor ou comissão especialmente designados pela autoridade competente da contratante.

7.3 Todos os custos decorrentes da coleta do material, transporte e execução dos serviços são obrigações da empresa contratada, inclusive eventuais erros de dimensionamento da execução dos serviços objeto do certame.

7.3.1 O recolhimento para orçamentação **não obrigará** autorização do serviço por parte da contratante. Devendo, em caso de reprovação, o veículo ou o equipamento ser devolvido à contratada sem ônus para a administração pública.

7.4 Deverá a contratada permitir o livre acesso do Contratante às dependências da oficina, para fiscalização dos serviços ou outros procedimentos inerentes ao contrato, podendo, ainda, estar acompanhado de qualquer outra pessoa de sua confiança, inclusive para emitir laudos, conferir todo tipo de reparo, instalação de peças, suprimentos e acessórios a serem utilizados nos veículos.

7.6 O endereço a ser considerado para a elaboração da proposta é: **17º Batalhão Logístico Leve – Montanha**. Rua General Deschamps Cavalcanti, 210, Fábrica, Juiz de Fora – MG, CEP 36080-220 (de segunda a quinta-feira de 0800h às 1000h e de 1300h às 1600h, e nas sextas-feiras de 0900h às 1130h (exceto feriados nacionais e municipais).

7.7. O fornecedor deverá possuir sede ou filial no município de Juiz de Fora-MG ou em um raio de até 30 km da Unidade Gestora Gerenciadora. Além disso, deverá possuir a capacidade de recolhimento e devolução dos veículos e equipamentos mantidos, nas cidades de Juiz de Fora/MG, Belo Horizonte/MG e Três Corações/MG.

7.8. As exigências dispostas no tópico anterior, fundamentam-se, principalmente, na expressiva frota pertencente à 4ª Região Militar (4ª RM), distribuída em 9 (nove) guarnições, **cuja responsabilidade pela manutenção recai sobre esta Unidade Logística**. A 4ª RM dispõe de uma frota com o quantitativo total de 991 (novecentos noventa e uma) viaturas, distribuídas nas seguintes cidades: Juiz de Fora/MG; São João del Rei/MG, Petrópolis/RJ; Belo Horizonte/MG; Sete Lagoas/MG; Pouso Alegre/MG; Itajubá/MG; Três Corações/MG; e Montes Claros/MG.

7.9. Do percentual total da frota da 4ª RM, 31% está localizada na cidade de Juiz de Fora/MG; 19,5% está localizada na cidade de Belo Horizonte/ MG; e 19%, na cidade de Três Corações/MG. Assim, por conta dessa relevância estatística, as referidas guarnições foram escolhidas para serem pontos de recolhimento de toda a frota da 4ª Região Militar. Significa dizer que, em consideração aos aspectos geográficos, especialmente:

- a. os veículos localizados nas guarnições de São João del Rei/MG, e Petrópolis/RJ, que demandarem, eventualmente, a manutenção objeto desta contratação, serão encaminhados à guarnição de Juiz de Fora/MG (17º Batalhão Logístico Leve de Montanha), para recolhimento;
- b. já os veículos localizados em Sete Lagoas/MG, que demandarem, eventualmente, a manutenção objeto desta contratação, serão encaminhados à guarnição de Belo Horizonte/MG (12º Batalhão de Infantaria Leve de Montanha), para recolhimento; e
- c. por fim, os veículos localizados em Pouso Alegre/MG e Itajubá/MG, que demandarem, eventualmente, a manutenção objeto desta contratação, serão encaminhados à guarnição de Três Corações/MG (Escola de Sargento das Armas), para recolhimento.

7.10. Do exposto, chega-se a uma nova distribuição da frota da 4ª Região Militar, formada unicamente para viabilizar, em termos logísticos, o serviço que se pretende com a presente contratação. Nesse sentido, temos:

- a. Juiz de Fora/MG (Sede): 406 viaturas (41% da frota total), somando-se à frota existente em São João del Rei/MG, e Petrópolis/RJ - **o ponto de recolhimento dessas viaturas será no 17º Batalhão Logístico Leve de Montanha;**
- b. Três Corações/MG: 295 viaturas (30% da frota total), somando-se à frota existente em Pouso Alegre/MG e Itajubá /MG - **o ponto de recolhimento dessas viaturas será na Escola de Sargentos das Armas;**
- c. Belo Horizonte/MG: 236 viaturas (24% da frota total), somando-se à frota existente em Sete Lagoas/MG - **o ponto de recolhimento dessas viaturas será no 12º Batalhão de Infantaria Leve de Montanha;** e
- d. Montes Claros/MG: detém apenas 5% da frota, o que justifica sua exclusão do escopo prioritário de atendimento local imediato em prol da otimização de recursos.

7.11. Dessa forma, devido à oportuna e expressiva relevância estatística de Belo Horizonte/MG e Três Corações/MG (que juntas somam mais de 50% da frota), é indispensável que a contratada possua capacidade logística de recolhimento e devolução das viaturas/equipamentos (recolher-mantenir-devolver) ou oficinas credenciadas nessas localidades. A ausência dessa capacidade obrigaria a contratante a mobilizar meios próprios para transportes de longa distância, gerando um custo operacional superior ao valor do próprio serviço de manutenção. A manutenção de viaturas/equipamentos militares, como já dito, visa garantir a prontidão operacional da Força Terrestre. A proximidade da oficina permite uma fiscalização mais rigorosa e frequente por parte da administração, assegurando a qualidade e o cumprimento dos prazos contratuais.

Rotinas a serem cumpridas

7.102 A execução contratual observará as seguintes rotinas:

7.102.1 Os serviços deverão ser executados conforme especificações deste Estudo Técnico Preliminar, com fornecimento de materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, com qualidade e quantidade especificadas;

7.102.2 Deverá a contratada apresentar relação de peças, suprimentos e acessórios a serem aplicados, bem como, sugerir a recuperação das peças, nos casos que couber solução alternativa, desde que não comprometa a segurança, qualidade e originalidade do veículo ou equipamento;

7.12.3 A recuperação de algum componente somente será permitida nos casos em que: haja indisponibilidade de tal componente no mercado para compra; a aplicação da recuperação seja sem prejuízo da qualidade e segurança do componente; e que sua utilização aceite a recuperação;

7.12.4 A contratada deverá disponibilizar local adequado para a guarda do veículo com proteção em relação às intempéries, de forma que o pessoal designado pela contratada tenha acesso, com espaço hábil para manobras e para a prestação dos serviços;

7.12.5 A contratada deverá apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos funcionários que adentrarão ao Aquartelamento para retirada e devolução de todos os materiais passíveis de manutenção, objeto da presente licitação;

7.12.6 A contratada deverá dispor de ferramentas em geral, considerada a afinidade com os serviços contratados, dentre elas: chaves, gabaritos, sacas rolamentos e terminais, componentes digitais de leitura e diagnóstico para motores de combustíveis, diesel, gasolina ou misto (gasolina/ álcool), analisadores, suportes variados para ajustes, acessórios mecânicos, hidráulicos e eletrônicos, elevadores compatíveis com o peso bruto dos veículos listados, aparelhos de medição vertical/horizontal de cambagem e alinhamento, balanceador de pneus, unidade recicladora de ar-condicionado e demais equipamentos afins, aparelho de medição de gases poluentes, mesa alinhadora de monobloco, expansores hidráulicos, aparelhos de solda (oxigênio e elétrica) e outros;

7.12.7 A contratada deverá dispor, em seu quadro próprio, de pessoal especializado em mecânica geral, capacitado para execução dos serviços contratados;

7.12.8 Deverá a contratada se responsabilizar por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

7.12.9 A contratada deverá instruir seus funcionários a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

7.12.10 A contratada deverá relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

7.12.11 Não será permitido o emprego de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos. Não será permitido, ainda, o emprego de trabalho de menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

7.12.12 A contratada deverá manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.12.13 A contratada deverá arcar com todas as responsabilidades, inclusive financeira, no que atine à elaboração equivocada de serviços, aplicação de peças, suprimentos e acessórios após a aprovação por parte do Contratante, vetada a possibilidade de orçamento complementar.

Materiais a serem disponibilizados.

7.13. Deverão ser adquiridas peças de produção original, ou peças de reposição original, de qualquer marca. Em nenhuma hipótese serão admitidas peças de reposição, remanufaturadas, reconcondicionadas ou recuperadas, tudo conforme os itens 2.4 a 2.9 da norma ABNT NBR 15296, de 2005. Destaca-se que a comprovação deste item deverá ocorrer com a apresentação da nota fiscal de aquisição das peças, conforme preconizado neste documento.

7.11.1 A contratada deverá aplicar peças novas, não podendo se valer, em nenhuma hipótese, de peças remanufaturadas, reconcondicionadas ou recuperadas, devendo, independentemente do tipo de peça cumprir com os prazos de garantia previstos neste termo;

7.11.2 No caso de constatação de defeito ou mau funcionamento das peças aplicadas, fica a contratada obrigada a realizar a correção do serviço, com a substituição do item falho, inclusive o transporte do veículo, se necessário, sem ônus para a contratante, ficando estipulado o prazo máximo para o início dos trabalhos de correção em 10 (dez) dias corridos, e o prazo para a conclusão será o mesmo inicialmente estabelecido;

7.11.3 Por força do disposto na Diretriz Complementar à Portaria nº 440-Cmt Ex, de 2018 (Normas para Contratação de Serviços de manutenção preventiva e corretiva e aquisição de peças para veículos administrativos e operacionais, no âmbito do Exército Brasileiro), para as contratações de serviços de manutenção de veículo, a UG responsável deve **utilizar uma tabela temporária** definida pelo fabricante e/ou sindicato de oficinas mecânicas locais, a fim de definir o número de “homens/hora” a ser desempenhado para a execução do serviço necessário.

7.11.4. Ressalte-se que neste processo será utilizada uma Tabela Temporária Própria, ANEXO A, elaborada a partir da média de valores fornecida pelos sindicatos de manutenção veicular das unidades da federação, servindo como base de cálculo para os serviços descritos. A elaboração dos orçamentos de serviços ficará a cargo da CONTRATADA, fundamentando-se, **exclusivamente**, no Tempo Padrão de Execução de Serviços do setor automotivo, estabelecido na Tabela de Referência (Anexo A) desta Unidade Gestora. O referido documento foi consolidado a partir da média aritmética de valores praticados pelos sindicatos da categoria nas Unidades da Federação, constituindo a base de cálculo oficial para as contratações

7.11.5 Para os modelos de veículos que não possuem o Tempo Padrão de Execução de Serviços Automotivos disponível, será adotada equivalência com outro modelo e/ou marca;

7.11.6 A cada solicitação de Serviços, a contratada remeterá a contratante, um orçamento que deverá apresentar as seguintes informações: quantidade de horas, preço público sugerido das peças e líquido do percentual de desconto, número de ordem, data de emissão, marca/modelo de veículo, número de registro do Exército Brasileiro (EB) ou placa do veículo, odômetro do veículo no momento do orçamento, e informações relevantes para avaliação do Fiscal de Contrato ou Chefe do Grupo de Recebimento e Controle de Produção;

7.11.7 Os orçamentos apresentados pela contratada terão validade de 30 (trinta) dias, período durante o qual não poderão ser alterados os preços das peças orçadas, independente de flutuações do mercado de autopeças e da data em que a contratante autorizar a execução do serviço;

7.11.8 No caso de danos causados aos veículos/equipamentos, enquanto na guarda da contratada, todos os reparos necessários serão de responsabilidade da contratada;

7.11.9 A garantia das peças, e acessórios será de acordo com o estipulado pelo fabricante, não podendo ser inferior a 3(três) meses, contados a partir da data de recebimento pelo Fiscal de Contrato;

7.11.10 A garantia para serviços de recuperação/retífica de motores, caixas de câmbio e bombas injetoras será de 5.000 km ou 6 (seis) meses, o que ocorrer primeiro; e

7.11. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, promovendo sua substituição quando necessário.

7.12. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou 30.000 (trinta mil) Km, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

7.13. Caso seja necessário o acionamento da garantia dentro do prazo já estipulado, após novo reparo e solução do problema apresentado se iniciará uma nova contagem de tempo de garantia igual, na forma mencionada no item anterior.

8. Levantamento de Mercado

8.1. O estudo das práticas do mercado e de outros órgãos e entidades públicas, realizado a fim de verificar a existência de alguma outra solução para atender a necessidade administrativa, bem como novas metodologias de execução/contratação que gerem ganhos de produtividade ou economia para a Administração, nos levou à conclusão de que as metodologias já tradicionalmente empregadas em contratações anteriores, como as que se pretende no processo, são as mais aptas à satisfação da necessidade administrativa.

8.2. Assim, em atendimento ao inc. III do art. 9º da IN 58/2022, foram analisados processos similares feitos por outros órgãos públicos, que também necessitam do mesmo tipo de serviço, por meio de pesquisa no âmbito de processos e contratações públicas.

8.3. No intuito de analisar as possíveis alternativas técnicas e econômicas da escolha do tipo de solução a contratar, o presente modelo de contratação não encontrou qualquer inovação às práticas de mercado. Além disso, a Equipe de Planejamento identificou que diversos Órgão da Administração procedem do mesmo modelo de execução. A própria Unidade Gestora realizou pregão eletrônico SRP 90005/2024 para o referido objeto.

8.4. A solução encontrada foi:

Solução: Contratação de empresa especializada em manutenção de viaturas com fornecimento de peças.

8.5. Para o caso, observou-se que a modalidade de licitação utilizada é o pregão eletrônico.

8.6. Quanto à solução, entende-se ser mais eficaz e plausível à administração, uma vez que haverá um espectro de atendimento mais amplo, capaz de abranger mais setores da Unidade. A solução também se mostra mais eficaz por garantir que pessoal especializado atue nos atendimentos às demandas, o que faz com que as mesmas sejam sanadas com mais rapidez. Esta forma de contratação possui como fator positivo o fato de proporcionar o menor custo de aquisição e execução, considerando a livre concorrência entre os fornecedores e otimização do tempo de execução de manutenção da Organização Militar de Manutenção, visando desonerar as oficinas internas.

8.7. Portanto, a que mais se adequa à realidade da Unidade e a que mais demonstrou economia na aplicação dos recursos públicos, buscando a eficiência e responsabilidade com os bens da União, foi a opção pela manutenção dos veículos, com o fornecimento de peças.

8.8. Importa salientar que a presente contratação incluirá a aquisição de peças (fornecimento de peças) como fator acessório do objeto principal da contratação (Serviço de Manutenção de Viaturas). Considerando tal aspecto, entende-se que a fixação de maior desconto, com base na tabela de preços de fabricantes, como critério de julgamento se justifica ao presente caso (fator acessório), em razão de se mostrar a única medida econômica e operacionalmente viável, eis que é impraticável à Administração listar e, conseqüentemente, especificar e quantificar cada peça cuja substituição poderá eventualmente se fazer necessária durante a vigência da ata de registro de preços.

8.9. Nesse sentido, sobre tal assunto, deve-se destacar como aspecto de elevada importância a operacionalização das contratações dessa natureza (manutenção de viaturas com fornecimento de peças) no COMPRASNET, na forma orientada na **Diretriz Complementar à Portaria nº 440-Cmt Ex, de 2018** (Normas para Contratação de Serviços de manutenção preventiva e corretiva e aquisição de peças para veículos administrativos e operacionais, no âmbito do Exército Brasileiro). De acordo com o item 6, da referida Diretriz, para a aquisição de peças para veículos em geral, a operacionalização no Comprasnet, quando da utilização do critério maior desconto sobre a tabela de preços do fabricante deve ocorrer da seguinte forma:

“1) Deverá ser calculada a estimativa anual de necessidades, utilizando-se, preferencialmente, a média histórica de aquisição de peças para manutenção preventiva e corretiva de veículos, conforme o caso;

2) A estimativa de gastos irá compor as quantidades dos itens (...);

3) Deverá ser lançado no campo “valor estimado” o valor de R\$ 1,00 (um real), que corresponde a uma unidade de referência;

(...)

5) No campo “quantidade” do Comprasnet, ao cadastrar a IRP, se for o caso, deve-se fazer constar o valor total estimado da contratação para cada item (valor máximo que a administração pretende gastar durante a contratação, que representa a real necessidade monetária do gasto); (...)”.

8.10. A forma de estruturação citada na Diretriz se adequa perfeitamente à natureza da contratação pretendida, eis que trata de modelo utilizado em licitações realizadas com o julgamento pelo maior desconto, nos casos em que as quantidades, itens ou serviços demandados são incertos ou difíceis de serem estabelecidos. Os preços de mercado são conhecidos, mas as quantidades demandadas, não.

8.11. Nota-se de breve análise da diretriz que, não havendo como se estabelecer uma relação direta entre a estimativa de quantitativos totais de peças (sem discriminar cada peça) e os valores estimados pela Administração para as contratações, há a orientação de substituir a estimativa de quantitativos pela estimativa de valores, a ser realizada com base em elementos técnicos - consumo pretérito e outras circunstâncias que possam afetar a previsão futura.

8.12. A diretriz em pauta orienta, ainda, que deve ser fixado, no Termo de Referência, o(s) valor(es)-base para aplicação dos descontos a serem oferecidos pelos licitantes. Para o presente caso, o valor recomendado corresponde a R\$ 1,00 (um real). Dessa forma, os licitantes deverão oferecer seus percentuais de desconto sobre o valor-base previsto no Termo de Referência, de forma a que se chegue não apenas a um percentual de desconto vencedor como, também, a um valor máximo a ser dispendido com as contratações.

8.13. Em atenção à legislação pertinente ao assunto, deve-se adotar, ainda, como providência para esse tipo de contratação, o estabelecimento, no Termo de Referência, do percentual mínimo de desconto a ser admitido no pregão (ou dos percentuais mínimos, caso haja mais de um item), o(s) qual(is) deverá(ão) ser estimado(s) por meio de pesquisa de mercado (desconto médio apurado na pesquisa). Sobre tal aspecto, de breve análise da organização das empresas nesse viés mercadológico, observa-se que a política de preços não é uniforme para todas as peças que integram o objeto licitado. Ou seja, no presente caso concreto, os **itens, de acordo com as práticas do mercado, são objetos de descontos diferenciados**.

8.14. Sobre o suscitado no parágrafo anterior, destaca-se que o fato de eventualmente ser inviável para a Administração listar toda e qualquer peça que possa vir a se fazer necessária durante a vigência de uma ARP não a autoriza a licitar globalmente todas as peças. No presente caso, haverá o parcelamento do objeto em grupos, conforme justificativa constante nesse estudo, e, adotando tal evento na contratação, de acordo com as especificidades do objeto e com as práticas do mercado (inclusive no que toca à política de preços, que pode variar conforme o produto), evitará, ao mesmo tempo, as desvantagens do desconto linear e a possibilidade de “jogo de planilhas” que, conforme levantado pelo TCU, pode ocorrer em caso de adoção de desconto não-linear para itens licitados globalmente (não é o presente caso).

8.15. Diante de sua vinculação, as orientações quanto à estrutura operacional desse tipo de contratação, expostas acima, serão integral e devidamente cumpridas e processadas na forma recomendada. Ocorre, no entanto, que esse modelo de operacionalização no comprasnet, quando há o critério de julgamento por **maior desconto** (pregão ou concorrência, conforme Lei nº 14.133/2021), o empenho no SIAFI reflete o valor real que será pago à contratada, ou seja, o valor líquido após a aplicação do percentual de desconto sobre o valor estimado. Significa que, em pregões com critério de **maior desconto**, a aplicação do percentual deve refletir diretamente no **valor final do empenho** no SIAFI.

8.16. Dessa forma, em conformidade com o planejamento do pregão para contratação de serviços com fornecimento e aplicação de peças, verificou-se a necessidade de estabelecer quantitativos de cotas mais elevados para os itens elencados, com o objetivo de ampliar a competitividade e possibilitar a obtenção de propostas mais vantajosas, por meio da oferta de descontos pelos licitantes participantes, permitindo a aquisição de maior quantidade de materiais (peças), conforme a demanda real, sem comprometer o Erário. Ressalta-se que cada item do referido pregão é essencial à manutenção do Material de Emprego Militar, especialmente das viaturas, de modo que a ausência de qualquer deles poderá ocasionar prejuízo significativo à capacidade operacional e à continuidade dos serviços de manutenção.

8.17. Frisa-se que a ocorrência de lances excessivamente reduzidos pode comprometer a execução contratual, em razão da inviabilidade econômica, afetando diretamente a capacidade de manutenção dos itens contratados. Diante desse cenário, optou-se pela ampliação das quantidades estimadas, estratégia que possibilita a diluição dos custos unitários, favorece a obtenção de maiores descontos e contribui para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, assegurando, assim, a continuidade e a eficiência dos serviços contratados.

8.18. Em atenção ao art. 10, parágrafo único do Decreto no 11.462/23, foram realizadas consultas de Intenção de Registro de Preços (IRP's) em andamento e constatou que, no momento considerado para esta demanda, as IRPs apresentadas

possuíam características gerais para suas demandas, bem como suas localizações de sede serem diversas e distantes da localização desta Guarnição, podendo ocasionar obstáculos importantes para o andamento dos processos de cada Órgão, bem como afetar os preços de ofertas, já que a logística é um fator importante nesse contexto.

8.19. Ademais, destaca-se que a demanda licitatória em questão é realizada de maneira centralizada, sob a coordenação do Grupo de Coordenação e Acompanhamento das Licitações e Contratos da Guarnição de Juiz de Fora (GCALC Gu JF). Assim, de acordo com a previsão contida na Ordem de Serviço/DALC/B Adm/2025, Anexo “A” (QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE PREGÃO SRP POR UGG), cabe a esta Unidade Gestora promover o devido procedimento licitatório para a contratação do serviço em apreço, na Guarnição de Juiz de Fora-MG, na condição de Unidade Gerenciadora. Por essa razão, desnecessária se mostra a consulta de IRP em andamento, com intuito de verificar conveniência para participação. Além disso, mesmo que houvesse IRP em andamento, dificilmente seriam compatíveis, em sua integralidade, com as necessidades apresentadas pelas Unidades integrantes do GCALC Gu JF.

9. Descrição da solução como um todo

9.1. O objeto da presente contratação abrange os serviços de manutenção de veículos e equipamentos motores, com o fornecimento de peças necessário para a realização dos serviços e adequado funcionamento dos citados veículos automotivos e equipamentos.

9.2. Ter uma ata de registro de preços disponível para que as atividades relativas à manutenção de veículos/equipamentos possam ter continuidade implica em redução de custos operacionais e administrativos importantes para a Administração, evitando contratações emergenciais.

9.3. Os interessados deverão cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9.4. Serão ainda de responsabilidade da contratada todos os materiais consumíveis para a perfeita execução dos serviços.

9.5. A mão de obra empregada na execução dos serviços deverá ter experiência nas áreas específicas de atuação.

9.6. A fiscalização efetuada pela Contratante não isenta nem diminui a responsabilidade da Contratada pelo cumprimento de prazos, pela perfeita execução dos serviços, ou por quaisquer danos eventuais causados tanto a terceiros como ao patrimônio da Contratante.

9.7. Os quantitativos a serem adquiridos foram estabelecidos através do levantamento da demanda pelo COL (Centro de Operações Logísticas) através dos relatórios dos Apoios Diretos, realizados pela Companhia Logística de Manutenção.

9.8. O objeto não está contemplado no Catálogo Eletrônico de Padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, conforme Portaria SEGES/ME nº 938/2022.

10. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

10.1. Os quantitativos foram justificados de acordo com necessidade observada nas contratações anteriores (gerenciadas por outras Organizações Militares no âmbito do GCALC/JF), bem como dos Apoios Diretos realizados nas OM apoiadas e das demandas supervenientes que surgem no decorrer das atividades.

11. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 7.573.928,50

11.1. Sobre o cálculo do valor estimado para a aquisição, tem-se conforme se segue:

a) A partir do cálculo da demanda, especificado no item anterior, pôde-se realizar uma pesquisa de preço no mercado regional e na plataforma Banco de Preços, seguindo as especificações técnicas do objeto previstas no Termo de Referência;

b) Obteve-se então, no mínimo, três orçamentos dentro das especificações requeridas, fez-se o confrontamento dos seus dados e se obteve a média como valor de referência para este instrumento.

c) O preço para os itens referentes a contratação de serviços de manutenção para viaturas com fornecimento de peças está expressamente previsto no item 1.1 do Termo de Referência.

12. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

12.1. O Art. 47 da Lei nº 14.133/2021 é expresso ao prescrever que os serviços serão divididos quando a técnica e a economicidade forem viáveis e vantajosas. Nesse ponto, depreende-se que, via de regra, as contratações de compras, **serviços** e obras da Administração Pública devem ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, em conformidade com a legislação pertinente.

12.2. Portanto, caso haja viabilidade técnica e econômica, qualquer contratação deve ser dividida em contratações menores, de forma a possibilitar maior competitividade e melhor aproveitamento das oportunidades do mercado, decorrendo daí, ao menos presumivelmente, mais vantagem para a Administração.

12.3. Verificou-se, do ponto de vista técnico-econômico, a possibilidade/pertinência de parcelar o objeto em relação ao tipo de veículo (categoria leve, categoria pesado, categoria utilitário), bem como ao tipo de peça correspondente (demanda acessória).

12.4. Nesse contexto, podemos afirmar que a **organização da contratação em grupos e itens**, conforme elaborado pela Equipe de Planejamento, é mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica, por manter a qualidade do serviço e da aquisição das peças, tendo como vantagens o maior nível de controle pela Administração na execução dos serviços, a maior interação entre as diferentes fases da execução, a maior facilidade no cumprimento do cronograma preestabelecido e na observância dos prazos, concentração da responsabilidade pela entrega do serviço em uma só empresa e concentração da garantia dos resultados.

13. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

13.1. No âmbito do GCALC/JF, foi realizado o Pregão Eletrônico SRP 90005/2024 para o referido objeto, cuja vigência se encerrou no dia 24 de janeiro de 2026.

14. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

14.1. a presente contratação está em consonância com os princípios e diretrizes da Lei nº 14.133/2021, que busca garantir a otimização dos recursos públicos e a adequação às necessidades da administração pública, sempre pautada na legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, além de observar as condições ambientais e sociais em cada processo de contratação.

14.2. A contratação dos serviços em pauta está alinhada aos planos de governança instituídos por esta Unidade de Logística, posto que:

14.2.1. a contratação desses serviços faz parte da estratégia de compras do PCA, com base no levantamento de demandas dos diversos setores da Unidade. O PCA detalha as necessidades de materiais, serviços e obras a serem contratados durante o ano, e a contratação mencionada está contemplada de forma a atender aos requisitos operacionais da unidade;

14.2.2. contratação desses serviços também está em conformidade com o Planejamento Estratégico do Batalhão, que prioriza a eficiência na gestão dos recursos públicos e o atendimento das necessidades logísticas da unidade. A contratação segue as diretrizes do planejamento, assegurando que os serviços contratados atendam às demandas previstas e contribuam para o cumprimento das metas de eficiência e eficácia estabelecidas para o ano; e

14.2.3. No que diz respeito à sustentabilidade logística, a contratação desses serviços é realizada, com base em critérios de sustentabilidade e responsabilidade ambiental, buscando otimizar a utilização de recursos, reduzir desperdícios e garantir que as aquisições sejam feitas. A logística eficiente e sustentável é um dos pilares das contratações realizadas nesta Unidade Logística, que deve alinhar-se a essas práticas, priorizando fornecedores que atendam a critérios de sustentabilidade.

15. Benefícios a serem alcançados com a contratação

15.1. Por meio da contratação de serviços de manutenção de veículo e equipamentos motores, com fornecimento de peças, o 17º B Log L Mth pretende manter os padrões operacionais da tropa e funcionamento da vida vegetativa da Organização Militar e demais Unidades apoiadas.

15.2. Pretende-se, ainda, melhorar a manutenção das viaturas do Batalhão, preservando o patrimônio público, aumentando sua vida útil, recolocando-as em perfeito estado de funcionamento, diminuindo o dispêndio com panes e quebras, garantindo sua eficiência e a segurança do pessoal transportado, mantendo-as prontas para atender às necessidades logísticas e operativas desta Organização Militar e demais Unidades apoiadas.

16. Providências a serem Adotadas

16.1. A viatura/equipamento será recebida e inspecionada por profissionais da área que atestarão a qualidade e quantidade do item, bem como sua conformidade diante da descrição prévia.

16.2. Em caso de divergências do pedido com a manutenção realizada, o fornecedor fica responsável pelas despesas acrescidas, bem como a retificação do suprimento em tempo hábil previamente estipulado no contrato, sujeitando-se a sanções legais que regem esta contratação, no caso de descumprimentos dessas ações.

16.3 O vencedor deverá dar publicidade ao contratante de todas as etapas do serviço, seja na desmontagem, seja no recebimento das peças adquiridas, seja na montagem e teste.

16.3.1 Será escalada equipe especializada que atestará a correção de cada etapa citada acima.

16.4. Desenvolver instrução processual completa e adequada que deverá ser conferida e revisada pela Comissão de Licitação e área demandante.

16.5. Utilizar minutas padrão da AGU e demais documentos padronizados.

16.6. Conferir Parecer e Despacho CJU e realizar as adequações necessárias sugeridas pelo o órgão consultor.

16.7. Definir de forma adequada o objeto e obrigações compatíveis com o mercado, de forma a permitir que um grande número de interessados participe do certame.

16.8. Avaliar criteriosamente as propostas e os documentos de habilitação das empresas licitantes.

16.9. No tocante à gestão do contrato, não será necessário a realização de capacitação extra para os militares, visto que já recebem capacitações relacionadas de forma frequente por meio da Instituição.

17. Possíveis Impactos Ambientais

17.1. A licitante vencedora, para a execução dos serviços, objeto do presente processo, deverá observar as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas no art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber.

17.2. A licitante vencedora deverá respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre Resíduos Sólidos, além de estar alinhada à Política Nacional de Resíduos Sólidos, à Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010.

17.3. A Contratada deverá observar diretrizes de sustentabilidade ambiental, bem como, na execução dos serviços, deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano).

17.4. Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturados com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

17.5. Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

17.6. Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

17.7. A manipulação e aplicação de produtos só poderá ser efetuada por funcionários devidamente habilitados, treinados, identificados, uniformizados e portando equipamentos de proteção individual (EPI's) adequados. A Contratada deverá usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA, e além disso:

17.7.1. deverá adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 08 de outubro de 2003;

17.7.2. observar a Resolução CONAMA nº 20, de 07 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruídos no seu funcionamento;

17.7.3. fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;

17.7.4. descartar apropriadamente peças e consumíveis inaproveitáveis e o encaminhamento dos materiais descartados, com potencial reaproveitamento, como peças usadas e embalagens, para reciclagem de forma responsável e ambientalmente correta, observando os preceitos da Lei n. 12.305/10 - que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos - especialmente seu artigo nº 33, da Lei nº 9.605/1998, da NBR 10.004 e Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999 (destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis).

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

A justificativa de viabilidade do processo licitatório para a contratação dos serviços de manutenção de viaturas com fornecimento de peça está baseada na necessidade de garantir a continuidade das atividades administrativas e operacionais do 17º Batalhão Logístico Leve de Montanha. A licitação é o meio legal e mais eficiente para assegurar que os serviços sejam contratados com preços competitivos, qualidade assegurada e dentro das normas legais, conforme exigido pela Lei nº 14.133/2021. A contratação por meio de licitação também permite que o processo seja transparente, impessoal e atenda às necessidades de todos os solicitantes de forma equitativa. Além disso, ao centralizar a contratação desses serviços em um único processo licitatório, o Comando da Unidade assegura que os itens sejam adquiridos de maneira coordenada, otimizando recursos financeiros e evitando a repetição de contratações desnecessárias, o que contribui para a economia e eficiência no uso do orçamento público.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VICTOR FLORENTINO LEITE

Chefe da Equipe de Planejamento da Contratação

OSEIAS FERNANDO DE SA

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação